

Setoriais continuam em 2017

Neste ano, a diretoria do Sintect/JFA fez várias setoriais nas unidades de Juiz de Fora e de diversas cidades da base, ouvindo os trabalhadores e orientando-os sobre seus direitos. No próximo ano, as viagens continuarão, levando informações de interesse à categoria, em meio a esses tempos tão difíceis. Abaixo, fotos de setoriais realizadas, no último mês, no CDD/Cataguases, CEE/JFA e CT/JFA.



Jurídico

Por Sandro Alves Tavares,
assessor jurídico do Sintect/JFA

Encontro jurídico em Goiânia

Nos dias 02 e 03 de dezembro de 2016, participei do V Encontro dos Advogados dos SINTECTs em Goiânia/GO, com a participação da Dra. Gisele (SINTECT RS); Dr. Bono (SINTECT SC); Dra. Jacqueline (SINTECT RJ); Dr. Daniel (SINTECT PB) e Dr. Diego (SINTECT SANTA MARIA). A reunião iniciou às 9h do dia 2, com término por volta das 20h deste dia, e assim subsequentemente.

Discutimos várias demandas judiciais dos Ectistas, com o grupo jurídico, enfatizando a importância do encontro para o SINTECT/JFA na troca de informações e de decisões entre os SINDICATOS. Foi de relevância as discussões acerca das principais mudanças na ECT e o futuro da categoria, principalmente quanto às últimas decisões do STF.

Os advogados se encontram preparados para atuarem em conjunto e na luta pela preservação dos direitos dos trabalhadores, e estarão prontos para as informações trazidas pelas instâncias judiciais, observando atentos a toda transformação e mudanças, para que os direitos principais, como estabilidade, não à terceirização, plano de saúde e Postalis, sejam preservados a toda categoria.

O jurídico da empresa tem entre si uma constante troca de informações entre os Estados, portanto é de vital importância que os advogados dos SINTECTs também o tenham, a fim de construírem teses jurídicas, trocas de experiências e demandas, e repositório de jurisprudências dos Estados, além da parceria conjunta entre todos os jurídicos acima citados.

Ou seja, qualquer problema em nossa região, o grupo de jurídicos estará a postos para nos auxiliar e ajudar no que preciso for, para que os direitos da categoria sejam preservados.

Abaixo, duas questões relevantes à categoria para ações individuais, chamando o trabalhador a procurar o sindicato para que as medidas sejam tomadas:

- Os trabalhadores reabilitados para cobrar da empresa a gratificação de função e o adicional de função; um exemplo: um carteiro reabilitado na atividade e função de OTT, perdendo o adicional – AADC pode cobrá-lo judicialmente para receber a parcela indefinidamente devido a reabilitação profissional.

- Reflexos das horas extras: a cláusula do acordo coletivo fala em incidir somente a data base para fins de cálculos do percentual de 70%, mas deve incidir sobre os reflexos: FGTS; adicional e gratificação de função; quinquênio; 13º e férias com o percentual de 50% devido a previsão na Constituição Federal.

Portanto, trabalhador, peço que procurem o sindicato para que as providências jurídicas sejam tomadas e os seus direitos preservados.



EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sintjfa@ig.com.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: João Ricardo Guedes (Índio) - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1200



Fundado em
21 de novembro de 1988
Filiado a **FENTECT** **CUT**

Notícias Sindicais

Edição nº100
Novembro/
Dezembro de 2016

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - N°100

www.sintectjfa.org.br

Para diminuir gastos, ECT propõe diminuição da carga horária com redução de salário

No último Acordo Coletivo, a empresa tentou implantar a flexibilização do horário de trabalho, mas foi automaticamente rechaçada pelas assembleias. Porém, mesmo diante da rejeição à cláusula pela maioria dos trabalhadores, a ECT colocou nos seus manuais essa opção ao trabalhador.

A proposta da Empresa é diminuir o horário de trabalho com **REDUÇÃO DE SALÁRIO**. Esta opção só pode entrar em prática se aprovada no acordo coletivo. Dessa forma, a direção da empresa, "malandramente", começou a fazer uma pesquisa com alguns funcionários, direcionando-a àqueles que têm alguma pensão a aceitar a proposta. Por exemplo, a pesquisa foi feita com alguns trabalhadores de uma unidade onde temos muitas pessoas que têm outras ocupações, além de trabalhar na ECT.

O fato é que já recebemos um salário baixíssimo e não há condições de termos nenhuma redução no nosso pagamento. Além de o trabalhador ter que pagar o roubo do Postalís e estarem querendo que a gente pague

mensalidade no plano de saúde, ainda vem com esse absurdo de diminuir nosso salário.

O risco de o trabalhador responder essa pesquisa é que, se o próximo acordo coletivo for para dissídio, a empresa pode usá-la, alegando que muitos trabalhadores querem diminuir sua carga horária com a diminuição de salário, levando a justiça a nos empurrar essa cláusula, prejudicando todos os trabalhadores dos Correios.

Trabalhador não tem culpa de má administração. Se querem diminuir os gastos da ECT, cortem o acúmulo de ITFs com função, diminuam os patrocínios, entre outras medidas que podem ser feitas. O SINTECT/JFA não vai aceitar mais essa



chicotada nas costas dos trabalhadores, e alertamos a todos a repudiarem tal afronta aos nossos direitos.

SINDICALIZE-SE! Fortalecendo a luta, avançamos nas conquistas!





28 anos de Sintect/JFA

EDITORIAL

Surgimos em 1988, oriundos de uma associação de trabalhadores ecetistas, com o propósito de construirmos uma categoria forte e combativa.

Ouvíamos ainda o estalar das chibatadas em nosso dorso, desferido pelo governo de repressão e opressão, em duros anos de chumbo. Eram tempos difíceis para os sindicatos de base, mas ainda assim fomos à luta, apesar dos reveses. No ano de 1988, surgiu a oportunidade de transformar a então Associação dos Funcionários dos Correios em Sindicato. Os trabalhadores que pertenciam a Associação, em um ato irrepreensível, entenderam que era o momento, e fez acontecer o **Sintect/JFA**.

A partir de então a categoria começou a colecionar vitórias em lutas e movimentos de trabalhadores. Os acordos passaram a ser celebrados entre trabalhadores e empregador, e obtivemos muitas conquistas tais como: ticket alimentação, cesta básica, convênio médico - odontológico, entre muitos outros.

As conquistas não só foram conferidas aos salários e benefícios dos trabalhadores, ganhando também a categoria em legitimidade de representação.



De lá para cá, o Sindicato foi se reestruturando, com ampliação de seu patrimônio. Começamos em um imóvel alugado à rua Halfeld, e hoje estamos situados em sede própria à rua Marechal. Ainda temos uma Sede Campesre com piscina, sauna, área de lazer, bar, entre outros, bem como automódulo próprio, edição mensal de jornal impresso, que chegou à sua edição n°100, e página na internet.

Parabenizamos esta categoria, principalmente os associados, pela coragem e crença na organização sindical, sendo o único caminho para o crescimento e o respeito da classe trabalhadora.

Por Geraldo França, diretor de Saúde do Sintect/JFA



Exija seus direitos quando o assunto for saúde

Companheiros, camaradas e independentes da base do Sintect/JFA, o momento atual é perigoso e danoso para a saúde do trabalhador da base. Perigoso porque há vários trabalhadores doentes, sem perspectiva nenhuma de melhora, entregues às ordens do empregador. Danoso porque os danos à saúde são perversos e podem durar eternamente. Assusta-nos, nestes anos de experiência, a ECT sobre o PDI, com a maior tranquilidade, querendo mesmo se livrar de uma grande massa de trabalhadores, pregando e justificando enxugar a folha de pessoal, seguindo fielmente o governo sobre reduzir os gastos nas estatais. Mas o questionamento sobre a saúde desse pessoal como fica? Como serão feitos esses ASOS? Serão pelos últimos 135 dias que tenham feito periódico? Se for, vemos riscos porque o periódico hoje já está muito sucateado com falta de exames na grade, baseando pelo PPRa que aponta todos os riscos inerentes à saúde e detectar as doenças profissionais e ocupacionais.

Trabalhador, muito cuidado com a saúde. Documente-se, com pareceres médicos, encaminhamentos, atestados. Exija no periódico seus direitos. Na comissão paritária, na parte custeio, a PATROCINADORA defende a todo momento que a ECT não sustenta mais o plano de saúde do jeito que está. Nós, da comissão, estamos discutindo e também dizendo que os trabalhadores não têm teto para aguentar mensalidades no plano, pois o piso salarial da categoria Correios é baixo. Ela alega que os Correios arcam com 93% do custeio do plano enquanto o trabalhador arcar com 7%.

Lembramos que a comissão trará as decisões todas para as assembleias assim que estiverem encerrados os trabalhos da comissão. Vamos defender um Correo Saúde de qualidade e o retorno para autogestão de RH. Quanto à saúde do trabalhador, não se descuidem. Exijam seus direitos, principalmente nas situações em que a ECT quer enrolar o trabalhador.



Sintect/JFA e Desat estão unidos em defesa do trabalhador

O Sintect/JFA tem uma parceria com o DESAT (DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR), também denominado CEREST, com grande atuação através do Diretor de Saúde, Geraldo França, que nos últimos anos tem se esforçado para aproximar e orientar o trabalhador da grande importância que tem o DESAT, na prevenção, nos encaminhamentos e registros de acidente de trabalho em toda a base de nosso sindicato.

O Sintect/JFA, através de seu diretor de saúde, tem participado das constantes reuniões realizadas no CEREST, focando sempre nas situações voltadas para o interesse do trabalhador, sendo que, em muitas dessas, tem havido a participação de representantes do INSS, Ministério Público do Trabalho, médicos da medicina do trabalho, e vários representantes sindicais, preocupados com a situação atual do trabalhador de forma geral.

O tema Saúde e Segurança do Trabalho tem sido um dos assuntos relevantes nas últimas reuniões, tendo em vista o aumento do número de trabalhadores terceirizados no mercado de trabalho, principalmente com a nova política implementada pelo governo, no que tange à retirada de recursos da saúde e à prevenção ao acidente de trabalho.

Segundo a estatística, tem se diminuído, e muito, o número de trabalhadores que procuram o DESAT, para fazer o registro da CAT (comunicação de acidente de trabalho), o que significa que o trabalhador ainda sofre pressão por parte de seus empregadores para que a CAT não seja preenchida, e muitas das vezes até ameaçando o trabalhador de demissão.

Sobre o trabalhador dos Correios, CAT, prevenção à saúde e acidente de trabalho são muito debatidos nas setoriais, nos nossos jornais e, principalmente, quando o trabalhador procura pessoalmente o sindicato, sendo encaminhado e orientado de forma correta sobre os procedimentos.

Desta feita, foi firmada uma parceria também com o DESAT de Barbacena, para que os trabalhadores sejam melhor atendidos, principalmente os da GECAC, CDD e cidades vizinhas, onde os trabalhadores necessitam deste tipo de atenção.

É importante frisar que o papel de todos os sindicatos é manter os trabalhadores informados, para juntos construirmos uma saúde melhor através da prevenção, em busca de uma melhor qualidade de trabalho e menos acidentes.

Previdência: 49 anos de contribuição é uma afronta ao trabalhador

Com a nova regra, para ter direito à aposentadoria integral, será preciso somar 49 anos de contribuição. Mas essa regra não se aplica a todos. Por exemplo, para policiais militares e bombeiros se aplica esta nova regra, mas o cálculo do benefício prevê a regra de transição (homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos) e fica a cargo dos Estados. Servidores Públicos que possuem regime de previdência social também estão inseridos na nova regra, mas também terão a regra de transição. As pensões por morte terão corte na ordem de 50%, mais 10% por dependentes até os 18 anos, e serão desvinculadas do reajuste do salário mínimo. Segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ele não vê nenhum problema em se aposentar aos 75 anos, "nesta idade qualquer um pode trabalhar".

Esta é uma reforma que apenas penaliza os trabalhadores e privilegia o empregador. Muitos demitem funcionários com 50 anos por acharem que são improdutivos ou têm sua capacidade laborativa diminuída. E segundo um dos principais idealizadores da reforma da previdência, secretário do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, mulheres têm um custo muito alto para a previdência porque vivem mais, e ainda minimiza o problema da desigualdade salarial entre gêneros (entrevista a FOLHA de S. PAULO).

Uma medida apresentada como necessária só mostra como este governo interino é perverso e desrespeita as conquistas sociais, pois essa reforma não trará alívio às contas públicas. Segundo o



economista Paulo Kliass, esta é uma tentativa de destruir a previdência social, abrindo espaço para as Previdências Privadas (nós, ecetistas, sabemos bem como funcionam as previdências privadas; também sabemos que é mais uma conta do golpe sendo paga). As novas regras não apenas retiram direitos, mas rasgam a Constituição, sendo de um grau de maldade inimaginável. Cabe ao povo brasileiro não aceitar esse tipo de medida, que transformará o trabalho análogo ao escravo, pois, com uma expectativa de vida de 71 para homens e 73 para mulheres, ninguém viverá para usufruir de uma vida de trabalho. Não podemos aceitar pacificamente tanta perversidade e, muito menos, não podemos nos distrair, pois os parlamentares que "nos representam" nos agraciam com medidas calamitosas sempre na calada da noite. Devemos reagir. Não dá mais pra ficar deitado em berços esplendidos.



A criação do Dia da Consciência Negra foi importante para valorizar a cultura afro, com o intuito de promover a igualdade e reduzir as distorções vividas pela população

negra. Mas diante do atual quadro que passamos hoje, em nosso país, o dia 20 de novembro foi celebrado com preocupação, com medo de retrocessos de que as poucas e mais significantes conquistas obtidas ao longo dos últimos treze anos sejam jogadas por terra.

Vamos lutar para que no próximo ano possamos comemorar essa data com mais otimismo, reunindo forças contra qualquer tipo de desigualdade.

Em nosso site sintectjfa.org.br você acessa:

- contracheque,
- vale cultura,
- ticket,
- processos

e outros links de seu interesse!
Não perca tempo!



VOCE SABIA? ONU alerta que PEC 55 viola direitos humanos

Os planos do governo de congelar o gasto social no Brasil por 20 anos são inteiramente incompatíveis com as obrigações de direitos humanos do Brasil, de acordo com o Relator Especial da ONU para extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston.

O efeito principal e inevitável da proposta de emenda constitucional elaborada para forçar um congelamento orçamentário como demonstração de prudência fiscal será o prejuízo aos mais pobres nas próximas décadas, alertou o Relator. A emenda, que deverá ser votada pelo Senado Brasileiro no dia 13 de dezembro, é conhecida como PEC 55 ou o novo regime fiscal.

"Se adotada, essa emenda bloqueará gastos em níveis inadequados e rapidamente decrescentes na saúde, educação e segurança social, portanto, colocando toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais." O Relator Especial nomeado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU recomendou ao Governo Brasileiro que garanta um debate público apropriado sobre a PEC 55, que estime seu impacto sobre os setores mais pobres da sociedade e que identifique outras alternativas para atingir os objetivos de sustentabilidade.

"É completamente inapropriado congelar somente o gasto social e atar as mãos de todos os próximos governos por outras duas décadas. Se essa emenda for adotada, colocará o Brasil em uma categoria única em matéria de retrocesso social". O plano de mudar a Constituição para os próximos 20 anos vem de um governo que chegou ao poder depois de um impeachment e que, portanto, jamais apresentou seu programa a um eleitorado. Isso levanta ainda maiores preocupações sobre a proposta de amarrar as mãos de futuros governantes.

O Brasil é a maior economia da América Latina e sofre sua mais grave recessão em décadas, com níveis de desemprego que quase dobraram desde o início de 2015. O Governo alega que um congelamento de gastos estabelecido na Constituição deverá aumentar a confiança de investidores, reduzindo a dívida pública e a taxa de juros, e que isso, consequentemente, ajudará a tirar o país da recessão. Mas o relator especial alerta que essa medida terá um impacto severo sobre os mais pobres. O Sr. Alston apontou que, nas últimas décadas, o Brasil estabeleceu um impressionante sistema de proteção social voltado para erradicar a pobreza e o reconhecimento dos direitos à educação, saúde, trabalho e segurança social.

O debate sobre a PEC 55 foi apressadamente conduzido no Congresso Nacional pelo novo Governo com a limitada participação dos grupos afetados, e sem considerar seu impacto nos direitos humanos. Um estudo recente sugere que 43% dos brasileiros não conhecem a emenda, e entre aqueles que conhecem, a maioria se opõe a ela.

O relator especial, que está em contato com o Governo Brasileiro para entender melhor o processo e a substância da emenda proposta, ressaltou que "mostrar prudência econômica e fiscal e respeitar as normas internacionais de direitos humanos não são objetivos mutuamente excludentes, já que ambos focam na importância de desenhar medidas cuidadosamente de forma a evitar ao máximo o impacto negativo sobre as pessoas."

Fonte: CUT Nacional